

SEGURANÇA ALIMENTAR DE AGRICULTORES DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Food safety agricultural Works from the west of Paraná

Nadia Gurgacz¹
Márcia Cristina Dalla Costa²
Rozane Aparecida Toso Bleil³
Nanci Rouse Teruel Berto⁴

Resumo

Alimentação adequada é um direito do cidadão e uma necessidade básica do ser humano, devendo ser garantida por políticas públicas, para a garantia da segurança alimentar da população, tendo em vista que o acesso aos alimentos é desigual entre a população urbana e rural. O objetivo do presente estudo foi verificar a segurança alimentar de agricultores da Região Oeste do Paraná. O estudo transversal descritivo foi realizado com agricultores residentes na região, com idade entre 20 e 79 anos, visitantes do Show Rural Coopavel/2009. O instrumento de coleta foi um questionário pré-validado contendo 15 questões sobre a alimentação da família. De acordo com os resultados, dos 201 agricultores avaliados pelo estudo, a Segurança Alimentar (SA) foi verificada em 78,0% das famílias e a Insegurança Alimentar (IA) em 22,0%, sendo 19,0% de IALeve, 2,5% IAModerada e 0,5% IAGrave. Ao verificar a SA de acordo com a idade, 77,0% dos adultos e 83,0% dos idosos apresentam SA, já a IAL foi mais prevalente nos adultos (20,0%) do que nos idosos (17,0%), enquanto as formas moderada e grave foram encontradas apenas entre os adultos (3,0% e 1,0% respectivamente). Com relação ao gênero, 72,0% das mulheres apresentaram SA, 25,0% IALeve, 2,0% IAM e 1,0% IAG. Já nos homens, 87,0% apresentou SA, enquanto que a IAL e IAM foram encontradas em 11,0% e 2,0%, respectivamente. Pode-se concluir que a IA esteve presente em mais de 20% das famílias, na maioria na forma leve, mostrando a necessidade de políticas públicas voltadas ao agricultor do oeste do Paraná, tanto na geração de renda, quanto em investimentos na agricultura familiar, proporcionando o acesso a alimentos adequados, de forma a garantir segurança alimentar a todos os cidadãos.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; agricultura, alimentação básica.

-
- 1 Nutricionista graduada pela Faculdade Assis Gurgacz /FAG, Cascavel/PR, Brasil.
 - 2 Nutricionista, mestre em Saúde Coletiva, professor assistente do Departamento de Nutrição da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE e Faculdade Assis Gurgacz/FAG, Cascavel/PR. Rua Castro Alves, 1374, Cascavel/PR, Brasil, CEP 85801150, e-mail: marciacdc@uol.com.br.
 - 3 Nutricionista, doutora em Alimentos e Nutrição, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul /UFFS, Realeza/PR.
 - 4 Nutricionista, Especialista em Tecnologia de Alimentos, professor da Faculdade Assis Gurgacz/FAG, Cascavel/PR .

Abstract

Adequate food intake is a right of any citizen and a basic necessity of any human being that is why it must be provided by public policies, for ensuring food security of the population, given that access to food is uneven between urban and rural population. The purpose of this study was to verify the food safety of agricultural works in the West of Paraná. The descriptive transverse study was done among agricultural works, between 20 to 79 years old, who are residents in the region, and that visited Show Rural Coopavel/2009. The data instrument was a pre-validated questionnaire with 15 questions about the family food intake. According to the results, from the 201 farmer workers evaluated on this study, the Food Safety (SA) was verified in 78,0% of the families and the Food Insecurity (IA) in 22,0%, being Low IA in 19,0%, Moderate in 2,5% and Hight in 0,5%. Verifying the SA according to the age, 77,0% of adults and 83,0% of elderly people presented SA. The Low IA was more predominant in adults (20,0%) than in elderly people (17,0%), while the Moderate and Hight forms were found only among adults (3,0% and 1,0% respectively). Considering the gender, 72,0% of women presented SA, 25,0% indicated having Low IA, 2,0% had Moderate and 1,0% presented Hight IA. In men, 87,0% presented SA, whereas Low IA and Moderate IA were found in 11,0% and 2,0%, respectively. It can beconclude that the IA was present in 20% of the families, being most of it Low, highlighting the necessity of public policies toward the farm workers from West of Paraná. both in the generation of income and in the investments in family agriculture, providing access to adequate food in order to guarantee the food safety to all the citizens.

Key words: food security; agriculture; basic food.

Introdução

A população tem o direito a alimentação adequada, tanto em quantidade quanto em qualidade, sendo esta uma necessidade básica do ser humano.⁽¹⁾ Este direito deve garantir e respeitar dimensões ambientais, culturais, sociais e regionais para que a população possa ter cidadania plena, por meio de recursos adequados garantidos por políticas públicas que ajudam a combater a fome.⁽²⁾

Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) devem garantir este direito, promovendo saúde e nutrição com ações planejadas de oferta e acesso aos alimentos para a população. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Art 3º:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.⁽¹⁾

Vários programas e ações na área de alimentação e nutrição são realizados no Brasil, entre estes a distribuição de alimentos, ticket refeição, alimentação escolar, alimentação do trabalhador, agricultura urbana, horta comunitária, bancos de alimentos e transferência direta de renda para a população.⁽³⁾ Não apenas no Brasil, mas vários países têm discutido, nas últimas décadas, sobre segurança alimentar e nutricional, estando

este tema presente nos debates e reuniões de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas a erradicar a fome e a má nutrição e assim atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio até 2015.⁽⁴⁾

Relatos sobre a garantia dos direitos humanos e à alimentação adequada datam da década de 40, quando a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantindo que todas as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial humano, iniciando nesta época uma discussão sobre os direitos humanos, mas foi na década de 60 que, ainda a ONU, adotou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tendo o Brasil adotado este pacto somente na década de 90. O enfoque dado à segurança alimentar na década de 70 era centrado no produto e não no ser humano, e o tema soberania alimentar começava a ser discutido pelos países. Neste contexto, na década de 80 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou pesquisa nacional sobre o estado nutricional da população brasileira denunciando o grave problema da desnutrição e da fome no país, cuja causa estava associada mais ao acesso do que a produção de alimentos. O tema gerou discussões na década de 90, quando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) criou um novo conceito de SAN voltado para o alimento seguro biológica e quimicamente, de qualidade nutricional, sanitária, com tecnologia garantida, e ainda, inserindo a questão da alimentação culturalmente adequada. Com todos esses avanços, ainda na década de 90, houve a criação do Conselho Nacional

de Segurança Alimentar (CONSEA), e em 1994 foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSAN) tendo como tema “Direito a alimentação: Soberania Alimentar”. Após 10 anos, foi realizada a II CNSAN, em 2004, tendo o conceito nutricional sido incorporado à segurança alimentar, com o tema “A construção de uma política nacional de SAN”, e em 2007 ocorreu a III CNSAN tendo como tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”.⁽⁵⁾

Criado no Brasil em 15 de setembro de 2006, pela Lei nº 11.346, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o qual estabelece que o poder público, juntamente com a sociedade civil organizada, deve assegurar o direito à alimentação adequada por meio de ações, planos, programas e implantação de políticas que promovam o acompanhamento, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional.⁽¹⁾

Foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas, em 2004, uma metodologia para detectar e dimensionar a insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, pela aplicação de um questionário familiar para verificar a existência de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) nos níveis leve (IAL), moderado (IAM) e grave (IAG).⁽⁶⁾ Esta Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) verifica o acesso à alimentação em quantidade e qualidade suficiente e adequada, sendo incluída na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, cujos resultados mostraram que o acesso

aos alimentos é desigual em relação às regiões do país, situação urbano-rural, escolaridade da pessoa de referência do domicílio e a cor da mulher entrevistada.⁽⁷⁾

Estudo realizado no Brasil utilizando esta metodologia encontrou no Amazonas prevalências de 10,9% e 31,3% de SA na população urbana e rural respectivamente, enquanto que a IA foi de 89,2% para área urbana e 68,7% na população rural.⁽⁸⁾

Segundo dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004 pelo IBGE, 9,5 milhões de pessoas que residem em áreas rurais apresentam restrição quantitativa de alimentos sendo classificados como IAM ou IAG, enquanto 3,4 milhões apresentaram IAL. E ainda, 65,2% das famílias brasileiras apresentaram segurança alimentar e 34,8% algum grau de insegurança. A desigualdade entre regiões foi verificada na análise por residência, sendo encontrado no Norte e Nordeste prevalência mais elevada de IAG na área rural, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a proporção de insegurança alimentar foi maior na área urbana.⁽⁹⁾

Estudo realizado entre dezembro de 2006 e fevereiro 2007, verificou a SA de 421 famílias beneficiárias pelo programa federal de transferência de renda (Programa Bolsa Família) residentes no município de Toledo, região oeste do Paraná, encontrando insegurança alimentar em 74,6% das famílias, das quais 5,9% apresentaram IAG e 23,8% IAM.⁽¹⁰⁾

Outro estudo realizado com famílias residentes em Guaraniacú, localizada no oeste do Paraná, no ano de 2008 e beneficiárias do referido programa federal, detectou IA em 93,6% das

famílias, destas 58,1% IAL, 25,8% IAM, e 9,7% IAG.⁽¹¹⁾

Tendo em vista que no município de Cascavel – Paraná, não há dados sobre segurança alimentar dos munícipes, conhecer o grau de segurança alimentar de agricultores residentes no meio rural da região Oeste do Paraná, bem como a sua distribuição por gênero e faixa etária foi o objetivo deste estudo.

Métodos

O presente estudo, de caráter transversal descritivo, foi realizado durante o 20º Show Rural Coopavel, na semana de 09 a 13 de fevereiro de 2009. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Assis Gurgacz, sob nº 268/2008.

A população deste estudo foram famílias rurais, visitantes do Show Rural 2009, residentes da região oeste do Paraná, a qual abrange aproximadamente 1,2 milhão de pessoas em um conjunto de 49 municípios, tendo como principais centros Foz do Iguaçu e Cascavel, únicos municípios do espaço com população urbana e total superior a 200 mil habitantes, e ainda Toledo, com mais de 100 mil habitantes.⁽¹²⁾ Em 2009, o evento Show Rural Coopavel contou com um público aproximado de 193 mil participantes.⁽¹³⁾

Foram utilizados, neste estudo, dados de identificação de sexo e data de nascimento, considerando-se adultos os participantes com idade entre 20 e 59 anos, e idosos entre 60 e 79 anos.⁽¹⁴⁾ A coleta de dados foi realizada por docentes e acadêmicos do Curso de Nutrição e os

dados foram apresentados em tabelas de prevalência, para análise descritiva.

Para avaliar o grau de segurança alimentar e nutricional dos participantes, foi utilizado como instrumento a EBIA, sendo este um questionário pré-validado com questões sobre a alimentação da família, as quais incluem a preocupação em relação à obtenção dos alimentos, perpassando pelo comprometimento da qualidade e quantidade da dieta de adultos e crianças, alcançando situações mais graves, com restrições quantitativas de alimentos para todos os membros da família. O questionário consta de 15 perguntas centrais fechadas sobre a alimentação da família nos últimos três meses, partindo desde a preocupação de que a comida possa faltar até a realidade de passar o dia todo sem comer. As respostas seguem as frequências: quase todos os dias, alguns dias, apenas um ou dois dias, ou não sabe. Para cálculos da pontuação, cada resposta afirmativa representa 1 ponto, podendo haver uma variação de 0 a 15 pontos, o que corresponde: 0 pontos: Segurança Alimentar; 1 a 5 pontos: Insegurança Alimentar Leve; 6 a 10 pontos: Insegurança Alimentar Moderada; 11 a 15 pontos: Insegurança Alimentar Grave.⁽⁶⁾

Para análise do grau de insegurança alimentar, considera-se IAL quando a família não passou fome, mas já lida com estratégias para não afetar a qualidade de vida; IAM quando os membros adultos da família já tiveram restrição quantitativa da dieta; e IAG quando adultos e crianças passaram fome.

Foram incluídos no estudo todos os participantes na faixa etária entre 20

e 79 anos, visitantes do Show Rural Coopavel 2009 que visitaram o estande da Faculdade Assis Gurgacz (FAG) e aceitaram participar da pesquisa.

No presente estudo, foi adotado como critério de exclusão as crianças e adolescentes até 19 anos e os idosos com idade superior a 80 anos, e ainda, pessoas que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Participaram do estudo, 201 agricultores (as) que visitaram o Show Rural Coopavel e passaram pelo estande da FAG, local onde foram realizadas as entrevistas. De acordo com os resultados, a presença de segurança alimentar foi encontrada em 78,0% (n = 159) das famílias e a insegurança alimentar em 22,0% (n = 45), sendo 19,0% (n = 39) de IAL, 2,5% (n = 5) IAM e 0,5% (n = 1) IAG.

Ao verificar a faixa etária dos agricultores entrevistados, 82,3% (n = 168) eram adultos e 17,7% (n = 36) idosos. Neste grupo, a presença de segurança alimentar esteve presente em 77,0% (n = 129) dos adultos e 83,0% (n = 30) dos idosos. Ao verificar o tipo de insegurança alimentar, encontrou-se em relação ao risco leve uma prevalência nos adultos de 20,0% (n = 33) e nos idosos 17,0% (n = 6). Já os riscos moderado e grave foram encontrados apenas nos adultos, sendo 3,0% (n = 5) e 1,0% (n = 1) respectivamente (Tabela 1).

Do grupo estudado, o gênero feminino representou 59,8% (n = 122) dos entrevistados e o masculino

40,2% (n = 82). Ao avaliar a segurança alimentar das famílias das mulheres entrevistadas, observou-se que 72,0% (n = 88) apresentaram SA, 25,0% (n = 30)

mostrou que a área urbana apresenta 10,9% de SA enquanto a rural 31,3%. A IA foi proporcional à renda familiar, sendo mais prevalente na população

Tabela 1 – Prevalência de segurança alimentar, de acordo com o gênero e a faixa etária de agricultores do oeste do Paraná. Cascavel, 2009

VARIÁVEIS	SEGURANÇA ALIMENTAR				
	SA	IAL	IAM	IAG	Total
Adulto	77,0% (n=129)	20,0% (n=33)	3,0% (n=5)	1,0% (n=1)	82,3% (n=168)
Idoso	83,0% (n=30)	17,0% (n=6)	0% (n=0)	0% (n=0)	17,7% (n=36)
Total	77,9% (n=159)	19,1% (n=39)	2,5% (n=5)	0,5% (n=1)	100% (n=204)
Feminino	72% (n=88)	25,0% (n=30)	2,0% (n=3)	1,0% (n=1)	59,8% (n=122)
Masculino	87,0% (n=71)	11,0% (n=9)	2,0% (n=2)	0% (n=0)	40,2% (n=82)
Total	77,9% (n=159)	19,1% (n=39)	2,5% (n=5)	0,5% (n=1)	100% (n=204)

IAL, 2,0% (n = 3) IAM e 1,0% (n = 1) IAG. Com relação ao gênero masculino, 87,0% (n = 71) foram classificados com SA, enquanto que IA leve e moderado foram encontrados em 11,0% (n = 9) e 2,0% (n = 2), respectivamente, e ainda, nenhuma família dos homens entrevistados apresentaram IAG (Tabela 1).

Discussão

No presente estudo, a prevalência de SA foi maior nos idosos enquanto a insegurança leve foi mais expressiva nos adultos e ainda, a insegurança moderada e grave esteve presente apenas nos adultos.

Segall-Corrêa⁽¹⁵⁾ considera que na população que se encontra em IAL há preocupação com a qualidade da

alimentação e com a falta de alimentos no futuro. Já naquela com IAM começa a restrição de alimentos entre adultos e crianças da família evitando a falta nos próximos dias. Acrescenta, ainda, que no quadro de insegurança alimentar existe um componente psicológico importante, como a preocupação e a incerteza de ter ou não o alimento para a família. Vivemos um quadro de grande instabilidade social, com desemprego alarmante, levando algumas vezes a famílias que nunca passaram por situações de insegurança ou de fome, experimentar tais circunstâncias, pode levar à depressão e à ansiedade, entre vários outros problemas.⁽¹⁶⁾

Estudo realizado no Amazonas com a mesma metodologia do presente estudo

urbana para todos os graus de insegurança, apresentando IAL de 24,6% e 22,9%, IAM 20% e 17,6%, e IAG 44,6% e 28,2%, nas áreas urbana e rural respectivamente.⁽⁸⁾

Dados da PNAD, realizada em 2004, mostraram que a SA foi encontrada em 65,2% das famílias, sendo na área urbana 66,7% e na rural 56,5%. E ainda, que houve maior prevalência de IAM e IAG na área rural, com prevalências de 17,4% de IAL, 17,0% de IAM e 9,0% de IAG, totalizando 43,4% de insegurança alimentar. Na área urbana a IAL foi de 15,8%, a IAM foi 11,4% e 6,0% apresentou IAG, mostrando que 9,5 milhões da população rural residiam em domicílios com restrição quantitativa de alimentos, enquanto 3,4 milhões conviveram com a fome nos 90 dias prévios da entrevista. Ao analisar a PNAD de acordo com as regiões, verificase na região Sul prevalência de SA na população de 73,0% e 78,0% nas áreas urbana e rural respectivamente, enquanto que a IAG foi de 3,9% na área urbana e 2,6% na área rural.⁽⁹⁾

Estudo realizado por Anschau⁽¹⁰⁾ no município de Toledo, Paraná, utilizando a mesma metodologia e com amostra de 421 famílias beneficiárias de programa de transferência de renda, os resultados mostraram que 74,6% das famílias apresentaram insegurança alimentar, das quais 5,9% IAG e 23,8% IAM.

Segundo Menasche, Marques & Zanetti,⁽¹⁷⁾ o meio rural ainda produz alimentos para seu auto-consumo, ou seja, na existência da agricultura familiar, mesmo com as novas tecnologias, os agricultores trabalham lado a lado com as técnicas tradicionais garantindo a segurança alimentar das suas famílias.

Em relação à idade, dados da PNAD mostraram que a IA foi maior nos

domicílios com presença de crianças, e conseqüentemente, menor nas famílias compostas por adultos e idosos, sendo encontrada 63,0% de SA nos adultos e 70% nos idosos. Já a IAL foi 17,5% e 13,4%, a IAM foi de 12,9% e 11,2%, e IAG foi de 6,6% e 7,7%, para adultos e idosos respectivamente. E, ainda, observou-se que na região Sul a SA esteve mais presente na terceira idade com 79,8%, sendo a maior se comparada com as outras regiões do Brasil, e os adultos apresentaram 76,2% de AS.⁽⁹⁾

Destaca-se que no presente estudo que a SA foi mais prevalente no sexo masculino, quando comparado ao sexo feminino, e a insegurança alimentar foi mais freqüente nas famílias das mulheres entrevistadas. Tendo em vista que a mulher é a responsável pela alimentação da família, mostrando maior preocupação nesta área do que os homens, o que pode justificar esta prevalência mais expressiva, e ainda, pelo homem ser culturalmente reconhecido como provedor das necessidades da família.

Dados da PNAD de 2004 apresentaram resultados similares, estando a SA mais prevalente no gênero masculino (77,6%) do que no feminino (72,4%), enquanto que a IA foi maior nas mulheres e nos domicílios com moradores menores de 18 anos.⁽⁹⁾

Em estudo realizado no Oeste do Paraná, em 2007, os resultados mostraram que quanto maior a renda média percapita, mais distante a família se apresenta da insegurança alimentar, e ainda, que a elevada prevalência de insegurança alimentar moderada ou severa indica a necessidade de maior atenção às políticas públicas.⁽¹⁰⁾

Yuyama et al.⁽⁸⁾ destacam que a insegurança está associada ao consumo

de alguns alimentos, como o baixo consumo de verduras e frutas, pois quanto mais prevalente a IA menor o consumo destes alimentos na alimentação diária, em todas as regiões estudadas.

Neste contexto, a SAN é considerada como um direito humano, um bem público que se realiza por meio de políticas universais, garantidas na LOSAN, aprovada ainda em 2006. A abordagem do DHAA considera que, não basta garantir a SAN se os processos pelos quais as ações são implementadas pautam-se em relações clientelistas, e que não respeitam as necessidades da população.⁽³⁾

Conclusão

O presente estudo mostrou que a insegurança alimentar esteve presente em mais de 20% do grupo pesquisado, em

sua maioria na forma leve e, quase 80% apresentou segurança alimentar, ou seja, garantia da presença de alimentos em qualidade e quantidade na mesa destas famílias, principalmente nas famílias dos idosos e do sexo masculino.

Este estudo reforça a necessidade de políticas públicas de incentivo à manutenção das famílias no campo, justificado pela baixa prevalência de insegurança alimentar encontrada, sugerindo que estas famílias estão produzindo os alimentos básicos para seu consumo. E ainda, são necessárias ações voltadas ao agricultor do Oeste do Paraná, em especial à mulher campezina, tanto na geração de renda, quanto investimentos na agricultura familiar, proporcionando o acesso a alimentos adequados, de forma a garantir segurança alimentar a todos os cidadãos.

Referências

1. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 18 set 2006.
2. Yuyama LKO, Py-Daniel V, Ishikawa NK, Medeiros JF, Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. Rev. Nut. 2008 jul/ago; 21(suplemento): 53s-63s.
3. Burlandy L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. Cienc. Saúde Colet. 2007; 12 (6): 1441-1451.
4. Santos SMC, Santos LMP. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002: abordagens metodológicas. Cad. Saúde Pública 2007 mar; 23(5): 1029-1029.
5. Ministério da Saúde (BR). III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento base. Brasília (DF); 2007.

6. Universidade Estadual de Campinas (SP). Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar das famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informações. Relatório técnico. Campinas (SP); 2004.
7. Momo CA, Carmo MB, Fernandez PMF, Voci SM, Slater B, Silva MV. Avaliação da dieta habitual de escolares de Piracicaba: aplicação do Questionário de Frequência Alimentar para Adolescentes (QFAA) reestruturado em estudo piloto. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional* 2006; 13(1): 38-48.
8. Yuyama LKO, Aguiar JPL, Pantoja L, Maeda RN, Melo T, Alencar FH, Nascimento AMM, Negreiros NMA, Corrêa MAS, Pérez-Escamilla R. Segurança/Insegurança em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informações. *Acta Amaz.* 2007; 37(2): 247-252.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR). Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: segurança alimentar. Rio de Janeiro (RJ); 2004.
10. Anschau FR. Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda [Dissertação de mestrado] Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina/UUEL; 2007.
11. Rabsch AD. (IN)segurança alimentar dos beneficiários do bolsa família [de Conclusão do Curso de Nutrição]. Cascavel(PR): Faculdade Assis Gurgacz; 2008.
12. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PR). Oeste Paranaense: o 3º Espaço Relevante. Curitiba (PR); 2008.
13. Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (PR). *Jornal da Coopavel (Cascavel)* 2009 mar 09; 329: 3 - 3.
14. Ministério da Saúde (BR). Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Norma Técnica: Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde. Brasília (DF); 2008.
15. Segall-Corrêa AM. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estud. av.* 2007 mai-ago; 21(60).
16. Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L, Helito H, Pérez-Escamilla R, Santos LMP, Paes-Souza R. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Rev Nut.* 2008 jul-ago; 21(suplemento): 39s-51s.
17. Menasche R, Marques FC, Zanetti C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas de alimentação. *Rev Nut* 2008 jul-ago; 21 (suplemento): 145s-158s.